



ISSN: 2447-3359

REVISTA DE GEOCIÊNCIAS DO NORDESTE

Northeast Geosciences Journal

v. 10, nº 2 (2024)

<https://doi.org/10.21680/2447-3359.2024v10n2ID35334>



Práticas participativas da Associação ribeirinha quilombola da comunidade de São Tomé de Tauçú – Amazônia Marajoara

Participatory practices of the quilombola riverside association of the community of São Tomé de Tauçú – Amazônia Marajoara

Luciléa dos Santos Albuquerque Baltazar¹; Luciana Rodrigues Ferreira²; Caroline Melo Nunes³

- 1 Universidade da Amazônia, Programa de Pós Graduação em Administração, Belém/PA, Brasil. Email: lucilea08@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2469-3193>
- 2 University of the Amazon, Postgraduate Program in Administration, Belém-PA, Brazil. Email: luciana.ferreira@unama.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7043-0765>
- 3 University of the Amazon, Postgraduate Program in Administration, Belém-PA, Brazil. Email: carolinemelonunes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1028-9592>

Resumo: A pesquisa tem por objetivo analisar como as práticas participativas de Gestão Social têm se adequado ao perfil das comunidades tradicionais da Amazônia. Especificamente, foi analisada a gestão da associação da comunidade ribeirinha quilombola de São Tomé de Tauçú, localizada no município de Portel, o maior município da região do Marajó no Estado do Pará. O estudo está concentrado na participação como categoria analítica das práticas da gestão social. Para a discussão teórica foram utilizados os pressupostos da Gestão Social e as práticas de participação. Metodologicamente, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, a partir do método estudo de caso. A coleta de dados foi realizada através da análise documental, observação não participante e entrevistas semiestruturadas. Constatou-se que a Associação da comunidade tradicional quilombola de São Tomé de Tauçú adota práticas participativas que estão adaptadas à realidade específica da comunidade e os processos dialógicos, decisórios e o engajamento de seus membros estão alinhados aos pressupostos teóricos da participação da Gestão Social, entretanto, percebeu-se a falta de melhoria nos serviços voltados para a educação e da implementação de políticas públicas na comunidade para o crescimento e desenvolvimento sócio econômico do território.

Palavras-chave: Práticas Participativas; Ribeirinhos Quilombolas; Comunidades Tradicionais; Amazônia; Território.

Abstract: The research aims to analyze how participatory practices of Social Management have been adapted to the profile of traditional communities in the Amazon. Specifically, the management of the association of the quilombola riverine community of São Tomé de Tauçú, located in the municipality of Portel, the largest municipality in the Marajó region in the State of Pará, was analyzed. The study focuses on participation as an analytical category of social management practices. For the theoretical discussion, the assumptions of Social Management and participation practices were used. Methodologically, the research followed a qualitative approach, using the case study method. Data collection was carried out through document analysis, non-participant observation, and semi-structured interviews. It was found that the Association of the traditional quilombola community of São Tomé de Tauçú adopts participatory practices that are adapted to the specific reality of the community, and the dialogical and decision-making processes and the engagement of its members are aligned with the theoretical assumptions of Social Management participation. However, it was noted that there is a lack of improvement in services related to education and the implementation of public policies in the community for the socio-economic growth and development of the territory.

Keywords: Participatory practices; Quilombola riverside communities; Traditional community; Amazonia; Territory.

Recebido: 17/02/2024; Aceito: 10/06/2024; Publicado: 22/07/2024.

1. Introdução

A Amazônia Marajoara é constituída por cerca de duas mil e quinhentas ilhas, na qual, essa particularidade faz com que a região seja o maior arquipélago fluviomarinho do planeta. Estas inúmeras ilhas são ocupadas por comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas que vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados ao longo dos rios, estabelecendo uma relação determinante entre seu modo de vida com o rio e a floresta, formando um extenso patrimônio cultural (CHAVES, 2001).

Os habitantes dessa região são considerados sujeitos envoltos pela natureza e sua sobrevivência está profundamente ligada aos recursos que dela extraem (CARDOSO; HAGE, 2014). Essa interdependência ressalta a adaptação e a resiliência das comunidades quilombolas ao ecossistema amazônico. Nessas comunidades, atividades como a pesca, a agricultura de subsistência e a coleta de recursos naturais são essenciais não apenas para a subsistência, mas também para a manutenção da cultura e da identidade local. Essas práticas tradicionais são moldadas por um profundo conhecimento ecológico, transmitido de geração em geração, que permite a essas comunidades viverem de forma sustentável e harmoniosa com a floresta e preservação da natureza.

A expressão "ribeirinho quilombola" encapsula não apenas a condição geográfica dessas comunidades às margens dos rios, mas também a interdependência cultural e econômica que desenvolveram com o ambiente ao longo de gerações (CARDOSO; HAGE, 2014). Essa relação intrínseca com a natureza não apenas molda o modo de vida, mas também contribui para a preservação de práticas e tradições ancestrais, passadas de geração em geração (SILVA ET AL, 2020).

Nesse contexto, destaca-se o Quilombo da Comunidade de São Tomé de Tauçú, comunidade agroextrativista localizada em Portel, o maior município em área territorial da região Marajoara. Portel se sobressai, por apresentar um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do país, com um IDH de 0.483, significativamente abaixo da média nacional de 0.765 (IBGE 2022). Essa discrepância ressalta as vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas pela população local, a urgência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida dos ribeirinhos para o desenvolvimento do território.

Os quilombolas são descendentes de africanos escravizados que se estabeleceram em diversas áreas do território brasileiro. Na Amazônia, representam uma comunidade tradicional intimamente ligada à rica biodiversidade e aos recursos naturais da maior floresta tropical do mundo e dos rios que a circundam. Por este fato, recebem a denominação de ribeirinho quilombolas (CARDOSO; HAGE, 2014). Essas comunidades agroextrativistas são representadas e geridas por associações comunitárias, que enfrentam uma série de desafios complexos como questões culturais, sociais e econômicas e impactam diretamente no crescimento socioeconômico dessas regiões.

Diante desse contexto, uma prática essencial para sustentabilidade e a autodeterminação dessas comunidades é ter uma gestão de caráter participativo. Essa gestão participativa implica envolver processos dialógicos, tomada de decisões de forma coletiva, levando em consideração o engajamento dos membros da associação e dos comunitários. É fundamental considerar, reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais, as necessidades locais e específicas do território e os princípios de sustentabilidade ambiental para preservação da natureza.

Partindo do pressuposto de que essas coletividades possuem um modelo de gestão característico, baseado em conhecimentos tradicionais e na mão de obra familiar voltados para a subsistência e preservação ambiental, uma questão importante para ser analisada é compreender até que ponto as premissas da Gestão Social são utilizadas por esses sujeitos e se existe a necessidade de fazer adaptações para que se alcance o desenvolvimento da gestão local da região e das comunidades que lá habitam.

Sendo assim, a pergunta que norteia a pesquisa é: *Em que medida as práticas de Gestão Social têm se adequado ao perfil de gestão desenvolvida por associações comunitárias de comunidades tradicionais?* Dessa forma, o trabalho tem como objetivo principal analisar como as práticas de participação da gestão social têm se adequado ao perfil das comunidades tradicionais, e como objetivos específicos: (a) Identificar o perfil comunitário/territorial da comunidade Tradicional quilombola de São Tomé de Tauçú e (b) verificar se as práticas participativas da gestão da associação da comunidade de São Tomé de Tauçú caracterizam uma gestão social.

O trabalho compreende cinco seções principais, além desta introdução com um panorama sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas quilombolas marajoaras; a primeira seção dedicada à discussão teórico-conceitual, abordando a participação na perspectiva da Gestão Social; a segunda seção sobre o percurso metodológico, a terceira seção com a apresentação dos resultados com os aspectos gerais da comunidade quilombola de São Tomé de Tauçú, a quarta seção sobre a participação e seus desdobramentos na gestão da associação quilombola. Finalizando, na quinta seção são apresentadas as considerações finais sintetizadas ao longo do trabalho.

2. A Participação na perspectiva da Gestão Social

A participação é um princípio fundamental que permeia diversas esferas da sociedade desde o âmbito político, as relações comunitárias e a gestão social. No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 representa um marco legal significativo ao reconhecer e garantir os direitos das comunidades tradicionais, com especial atenção às comunidades quilombolas. Esse reconhecimento reflete uma mudança paradigmática na concepção de participação nos processos decisórios e dos direitos das comunidades tradicionais, destacando a importância do reconhecimento, da inclusão e da voz das comunidades historicamente marginalizadas.

Cançado e Tenório (2011) destacam a participação como uma categoria analítica central da Gestão Social, argumentando que os processos de desenvolvimento e relações sociais estão intrinsecamente ligados à participação ativa dos cidadãos.

A participação social é um dos princípios fundamentais da Gestão Social, é consenso que, sem participação não há Gestão Social (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022). Tenório (2008b, p. 158) define a Gestão Social “como um processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação”, é entendida como a tomada de decisão coletiva sem coerção, baseada na dialogicidade, na transparência e na intersubjetividade, buscando a emancipação do ser humano por meio do entendimento esclarecido (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2022).

Na Gestão Social, a autoridade decisória é fruto de um processo comunicativo em que a participação de todos os envolvidos na ação é valorizada, ou seja, o poder de tomada de decisão é compartilhado e se busca atingir objetivos construídos coletivamente (SIQUEIRA; ARAÚJO, 2018). A gestão social diferencia-se de outras formas de gestão por sua ênfase na participação ativa e na construção coletiva da tomada de decisões pelo interesse do bem compreendido, diferente da gestão estratégica que é um modelo orientado para o planejamento e a implementação de estratégias com o objetivo de alcançar metas organizacionais de longo prazo para alcançar um resultado (Mintzberg, 1994; Porter, 1996) e da gestão burocrática que é caracterizada pelo impessoalidade, pela formalização e padronização de processos e procedimentos (Weber, 1947).

Em consonância com os princípios democráticos estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1988, a Gestão Social fundamenta-se em princípios como: emancipação, participação, múltiplos focos de poder, coordenação e comunicação dialógica (CANÇADO; TAVARES; DELLABRIDA, 2013). É um modelo de gestão que se fundamenta por promover a participação, o diálogo e a inclusão de múltiplos atores sociais nos processos de tomada de decisão. Em contextos como das comunidades tradicionais, prioriza-se o conhecimento local, as práticas tradicionais e a cultura das comunidades têm um papel central neste modelo de gestão, pois envolve a criação de espaços de diálogo, a construção coletiva de soluções e a proposição dos interesses da comunidade respeitando e preservando as especificidades culturais e sociais dos atores sociais que fazem parte da comunidade.

Helôisa Lück (2017) propõe cinco formas de participação: presença passiva, discussão sem influência real, representação por meio de eleição, tomada de decisões compartilhadas e engajamento ativo. Define uma abordagem participativa, na qual se valoriza a interação entre os diversos atores sociais e a construção coletiva de soluções para os desafios e problemas enfrentados pela comunidade. Enfatiza que muitas das vezes as vontades individualistas são camufladas como participações coletivas e o engajamento ativo constitui-se o nível mais pleno de participação, pois implica um envolvimento dinâmico e uma ação que supera expressões de passividade. O autoritarismo e o controle são formas fictícias de participação, não se constituem como elementos para processos participativos, determinam processos de abordagem não participativa causando incredulidade ao processo (LÜCK, 2019).

Helôisa Lück (2019) identifica como um fator que corrobora para a não efetivação de uma cultura de participação são as organizações que atuam ainda sob regimes burocráticos, autoritários e controladores, defende como fundamental o papel das lideranças e dos atores sociais envolvidos na promoção e criação de um ambiente favorável à participação da comunidade. Vale destacar que uma cultura não é mudada por desejo, mas a partir de uma ação efetiva, competente e bem orientada de acordo com os propósitos definidos (LÜCK, 2019. p. 50).

Por sua vez, Diaz Bordenave (1994) ressalta a importância da participação como um processo que vai além da simples inclusão de indivíduos, enfatiza a necessidade de criar condições que contribuam e permitam o pleno exercício da cidadania e a autonomia das comunidades na tomada de decisões que afetam suas vidas.

O autor apresenta diferentes formas de participação, conforme o quadro abaixo:

Tabela 1 – Tipos de Participação segundo Diaz Bordenave

Participação de Fato	É um conceito ancestral que se manifestava na família, nas tarefas de subsistência, no culto religioso, na recreação e na defesa contra os inimigos.
Espontânea	Ocorre quando os indivíduos formam grupos informais, como de vizinhos, de amigos ou gangues, sem uma organização estável ou propósitos claros e definidos.
Imposta	É quando o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar atividades consideradas indispensáveis, como voto obrigatório e alistamento militar.
Voluntária	É quando os grupos são criados pelos próprios participantes, definem uma organização própria, estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho.
Dirigida ou Manipulada	É provocada por agentes externos, sendo que estes ajudam os outros a realizar seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos.
Concedida	É quando a parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados é considerada legítima por eles mesmos e por seus superiores.

Fonte: Adaptado de Diaz Bordenave (1983).

O autor ainda defende o Princípio de Igualdade como uma premissa indispensável para haver uma efetiva participação, o processo da participação conduz o indivíduo ou o grupo à autonomia fundamentada por críticas ao controle social, acrescentando que “a democracia participativa promove a subida da população aos níveis mais elevados de participação decisória” (DIAZ BORDENAVE, 1994 p.34). A democracia participativa instrumentaliza os indivíduos para a organização e discussão de tomadas de decisão a partir da ativa participação de todos os envolvidos.

A fundamentação teórica é uma referência e uma orientação para os caminhos de reflexão (SEVERINO, 2013), a vista disso, é possível inferir as discussões teóricas sobre participação na perspectiva da Gestão Social destacam categorias que permitem analisar as práticas participativas empregadas na gestão da liderança da associação agroextrativistas de São Tomé de Tauçú (ARQUICOSTT).

3. Metodologia

A natureza da pesquisa é de abordagem qualitativa, tendo como método o estudo de caso e como técnicas de coleta de dados a observação não participante e a entrevista semiestruturada.

Na fase de pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros e produções científicas sobre os marcos teóricos e conceituais relacionados à participação social na perspectiva da Gestão Social, assim como, literatura sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas quilombolas.

Para a pesquisa documental, foram consultados decretos governamentais como o processo N.º 01420.009576/2015-49 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2020); Decreto N.º 5.051/2004 (ITERPA, 2023); relatórios internos da associação do período de 2019 a 2023 e documentos demográficos extraídos do IBGE.

A observação não participante foi possibilitada a partir dos dados coletados do diário de campo dos pesquisadores do grupo Gestão Social e Desenvolvimento Local (GESDEL) da Universidade da Amazônia, que desenvolveram a pesquisa *in loco* com o apoio do Instituto Ribeirinho da Amazônia (IRAMA)¹ e da empresa Redda+ Projetos Ambientais².

As entrevistas cumpriram às regras estabelecidas por Marconi e Lakatos (2003), foram conduzidas individualmente, seguindo um roteiro de entrevista composto por vinte duas perguntas abertas. Participaram das entrevistas dois membros da associação e o roteiro sofreu adaptações conforme as particularidades de cada participante. Devido à distância da comunidade ribeirinha quilombola, optou-se por conduzir as entrevistas de forma remota, utilizando o aplicativo *Teams*, que possibilitou a gravação e transcrição integral das entrevistas. Além disso, também foi utilizado o aplicativo *WhatsApp*, o que proporcionou flexibilidade de agenda para os entrevistados e para o pesquisador.

¹ Instituto Ribeirinho da Amazônia (IRAMA), uma organização da sociedade civil organizada, que promove ações relevantes de intervenção para desenvolvimento sustentável na Amazônia, tendo como polo de suas atividades, comunidades dos estados do Amazonas e do Pará.

² A Redda+ Projetos Ambientais é uma empresa nacional, que tem o compromisso de aprimorar, de maneira sustentável, a qualidade de vida das comunidades na região amazônica do Brasil. Contribuindo para a criação de um mercado de carbono mais transparente e responsável.

2020). Esta certificação é um reconhecimento oficial que contribui para a afirmação e reconhecimento da identidade quilombola, reforça a importância histórica e cultural da comunidade no contexto brasileiro (HAGINO *et al*, 2015). A certificação é um instrumento de fortalecimento da autonomia e autodeterminação dessas comunidades, promovendo o respeito aos seus direitos territoriais e culturais (HAGINO *et al*, 2015).

A comunidade também tem o título de reconhecimento de domínio coletivo concedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em 2018, no âmbito do processo N.º 2014/550843 e recentemente, recebeu o Cadastro Ambiental Rural Coletivo (CAR), um marco que fortalece as atividades da agricultura familiar com foco no extrativismo do açaí e no cultivo de mandioca.

A subsistência do quilombo de São Tomé de Tauçú está em sua maioria vinculada à monocultura da mandioca³, desempenha um papel fundamental na economia do território e na alimentação local.

A nossa fonte de renda é roça, né? Mandioca, farinha. O negócio em si é desenvolvido em mutirão. A gente começa o mês de maio, roçando, começa a fazer primeira roça, depois sai pra derribar [...], e aí quando amadurece a gente arranca a mandioca é isso que a gente tem aqui, isso é raiz. Né? Depois a gente vai comercializar, né? (Entrevistado 1).

Conforme relatado pelo entrevistado 1, a atividade econômica não é apenas uma fonte de renda, mas também um empreendimento coletivo, desenvolvido por meio de mutirões (Figura 2). Essa prática reforça não apenas a importância da agricultura familiar na economia local, mas também a coesão social e a colaboração, aspectos essenciais para a sobrevivência da comunidade.



Figura 2 – Processo de produção da farinha de mandioca e de seus derivados.
Fonte: Silva (2017).

O Quilombo destaca uma comunidade que preserva um estilo de vida simples, adaptado ao meio ambiente local e que busca manter uma organização comunitária coesa, apesar da distribuição física distanciada das casas (SILVA *et al*, 2020).

Em termos de construção das casas, algumas casas são dotadas de compartimentos com delimitações de quarto, sala e cozinha, cobertas com telhas de fibrocimento. Outras têm uma estrutura mais rudimentar com partes das paredes fechadas com plásticos ou lonas e cobertas com palha (Figura 3). Essa diferenciação na estrutura das casas pode refletir diferentes condições socioeconômicas das famílias ou preferências individuais.

³ A mandioca é uma planta versátil que fornece não apenas alimentos na forma de raízes consumíveis, mas também outros produtos, como a farinha de mandioca, essencial na dieta dessas comunidades.



*Figura 3 – Habitações da comunidade ribeirinha quilombola de São Tomé de Tauçú.
Fonte: IRAMA; REDDA+ projetos ambientais (2022).*

Sobre a presença e a dinâmica religiosa na comunidade ribeirinha quilombola de São Tomé de Tauçú as religiões que predominam são a católica e a evangélica, não havendo religiões de matizes africanas. Esse panorama é elucidado pelo depoimento do entrevistado 1:

Tem igreja aqui no território, é a católica que é a comunidade São Tomé Tauçú e tem a Pentecostal da Paz, que é a outra comunidade evangélica (Entrevistado 1).

Em comunidades remanescentes quilombolas, a religiosidade pode ser influenciada por uma variedade de fatores históricos, sociais e culturais (RODRIGUES *et al*, 2020). Várias comunidades quilombolas desenvolveram características religiosas distintas, muitas vezes resultantes das interações entre suas tradições culturais originais, o contexto histórico e as influências religiosas trazidas pelos colonizadores (RODRIGUES *et al*, 2020).

Em alguns casos, as comunidades mantêm tradições culturais próprias, que podem incluir práticas espirituais específicas e rituais ancestrais. A preservação dessas tradições pode resultar em sistemas de crenças únicos e independentes.

A presença e a influência de missionários religiosos também desempenham um papel significativo. Em algumas comunidades, a chegada de missionários católicos levou ao predomínio do catolicismo, enquanto em outras, a presença de missionários evangélicos pode resultar na adoção do protestantismo.

A predominância de igrejas católicas e evangélicas em algumas comunidades quilombolas pode ser explicada pela história missionária no Brasil, onde essas instituições desempenharam papéis significativos na evangelização e na educação (RODRIGUES *et al*, 2020).

Heloisa Lück (2019) destaca a importância da educação para a participação ativa dos indivíduos. Constatamos que a comunidade de Tauçú enfrenta problemas significativos na educação, geram efeitos e impactos no desenvolvimento socioeconômico, no bem-estar geral dos moradores e compromete os avanços na associação na promoção de práticas participativas.



Figura 4 – Barracão da Associação que está sendo usado como escola.

Fonte: IRAMA/ REDDA+ Projetos ambientais (2022).

A escola opera nas instalações destinadas originalmente à sede da Associação (Figura 4), distribuídas em quatro espaços distintos: três salas de aula e a cozinha, ofertando Educação Infantil, Ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), organizadas em turmas multisseriadas (IRAMA/REDDA+, 2022).

A falta de materiais didáticos e bibliográficos direcionados para esse formato de ensino cria um cenário desafiador para os professores, comprometendo o processo de aprendizagem dos alunos.

Aí funciona eh até o nono ano, né? Do ensino fundamental. Aí a partir que conclui o nono ano, aí os aluno ficou parado, né? Porque não tem como, não tem eh como eles irem pra cidade estudar, fazer o ensino médio, os aluno param de estudar, né? Porque não tem como, não tem barqueiro pra levar eles pra cidade ou pra outra escola estadual, aí eles ficam parado (Entrevistado 2).

Do mesmo modo que os alunos a partir do ensino médio têm a dificuldade de continuar os estudos por conta da falta de transporte, assim também, os professores que não são membros da comunidade local, residentes da cidade de Portel, precisam se deslocar para ministrar as aulas por falta de alojamento na comunidade.

Destacamos, também, que há uma lacuna no currículo em relação à história de ancestralidade da comunidade quilombola. O que seria uma oportunidade para enriquecer o conteúdo educacional, promover o resgate e a valorização da história e cultura local, proporcionando uma experiência de aprendizado mais contextualizada e inclusiva para os estudantes.

Em resumo, os dados destacam a importância de uma abordagem abrangente para superar os desafios educacionais na comunidade, envolvendo diversos atores, incluindo autoridades locais, educadores, pais e a própria comunidade. Essa abordagem integrada pode contribuir para melhorar tanto os índices de acesso quanto a qualidade da educação oferecida no município.

Ao concluir esta seção, é evidente que compreender esses aspectos proporcionam uma visão holística da comunidade, o que possibilitará uma análise mais aprofundada dos elementos específicos das práticas participativas da associação.

5. Práticas Participativas na Associação de Remanescentes Quilombolas de São Tomé de Tauçú

A participação ativa dos membros de uma comunidade é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, fortalecer os laços sociais e garantir a inclusão de todos os indivíduos. Neste cenário, as práticas participativas abrangem desde processos dialógicos até o engajamento ativo em iniciativas comunitárias, desempenham um papel de extrema importância na vida das associações e comunidades, especialmente aquelas como os remanescentes quilombolas de São Tomé de Tauçú.

Ao analisar a fala de um dos membros dessa comunidade, podemos observar como a categoria participação de processos dialógicos é presente no cotidiano e como elas contribuem para a coesão e o progresso da comunidade:

Sempre que a gente vai planejar um projeto e que todos concordem, né? Que todos tenham a mesma opinião e tal, e sim a gente trabalha sempre em coletivo, sempre, nunca é um ou dois, sempre a comunidade toda participa de todas as dinâmicas, de todas as reuniões, a gente está sempre buscando todos pra ver a opinião de cada um pra gente sentar em conjunto elaborar uma coisa boa, né? (Entrevistado 2)

A fala em questão reflete uma abordagem consistente com os processos dialógicos da participação à luz da Gestão Social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015), há uma clara ênfase na comunicação aberta e na troca constante de ideias entre os membros da comunidade. Esse diálogo é fundamental para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e consideradas, resultando em um consenso entre os participantes.

Na figura 5 percebemos a dialogicidade ativa entre os membros da comunidade, fator fundamental para o sucesso e a sustentabilidade das ações realizadas.



*Figura 5 – Processos dialógicos da Comunidade de São Tomé de Tauçú
Fonte: Acervo da ARQUICOSTT (2022).*

A partir do depoimento e da imagem acima, percebemos ênfase na comunicação aberta e na busca por consenso de interesses comuns. Os membros da comunidade participam ativamente de discussões e dinâmicas, onde suas opiniões são ouvidas e consideradas na elaboração de projetos. Esse processo demonstra um diálogo contínuo e colaborativo, onde todos têm a oportunidade de contribuir e influenciar nas decisões coletivas (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2022).

Em se tratando da participação em decisões, que é um componente essencial da gestão social, fundamentado na ideia de que a inclusão dos membros da comunidade na tomada de decisões promove a democracia, fortalece os laços sociais e contribui para a melhoria da gestão da associação comunitária (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2022).

Pra escolher a liderança, é feita uma reunião, a gente se reúne, faz uma reunião, faz uma ata e faz uma eleição, uma votação pra escolher as pessoas da liderança (Entrevistado 1).

O entrevistado descreve o processo de escolha da liderança na associação quilombola. A participação dos membros na votação e na definição dos representantes da associação refletem os princípios da gestão social, onde a democracia e a inclusão são pressupostos fundamentais para a tomada de decisões que afetam a comunidade.

Na Figura 6, é registrado um momento em que a comunidade se envolve ativamente em um processo que requer decisões coletivas. Essa imagem revela que a tomada de decisões em conjunto vai além da mera eleição de representantes; é um testemunho do compromisso da comunidade com a autodeterminação e a participação democrática. É um reflexo tangível dos valores fundamentais que permeiam a associação quilombola de São Tomé de Tauçú, cada indivíduo tem voz e faz contribuição significativa para o bem-estar e o progresso coletivo da comunidade.



*Figura 6 – Comunidade de São Tomé de Tauçú/ Participação em processos decisórios.
Fonte: Acervo da ARQUICOSTT (2022).*

A participação por engajamento é uma categoria percebida como uma dimensão da vida comunitária, reflete o compromisso ativo e a colaboração entre os membros para promover o desenvolvimento e crescimento socioeconômico e o bem-estar coletivo. A importância desse tipo de participação revela o envolvimento ativo de um indivíduo em sua comunidade e é considerada o nível mais pleno de participação (DIAZ BORDENAVE, 1983; LÜCK, 2019)

Analisando a gestão da Associação do quilombo de São Tomé de Tauçú, constatamos que a participação por engajamento reconhece como o compromisso ativo dos membros pode contribuir significativamente para o progresso, crescimento socioeconômico e desenvolvimento da comunidade.

O meu envolvimento e da minha família na associação e comunidade, a gente é muito unidos, eu acho que a nossa força se torna maior... eu me envolvo mesmo, eu corro atrás, eu ajudo da maneira que eu posso, aí, a gente faz de tudo pra ter uma melhora na associação, a gente como família, como comunidade, todos unidos. Acho que a gente tem uma força maior eh a gente consegue eh trazer mais benefício pra dentro da nossa comunidade, unidos, lutando juntos (Entrevistado 2).

O relato revela um alto nível de participação por parte do entrevistado e de sua família na associação e na comunidade, demonstrando que não é apenas um membro passivo, mas alguém que se compromete pessoalmente com o bem-estar da comunidade. O entrevistado também ressalta a união e a cooperação entre ele, sua família e a comunidade. Essa coesão e colaboração são características essenciais da participação por engajamento ativo, pois envolvem não apenas a participação individual, mas também o trabalho conjunto para alcançar objetivos comuns.

Também menciona que eles "fazem de tudo para ter uma melhora na associação", indica um compromisso ativo em buscar melhorias e soluções para os desafios e problemas enfrentados pela comunidade, o que é característico da participação por engajamento.

Reconhecendo que a força da comunidade é ampliada quando todos estão unidos e colaborando. Ele destaca que, ao trabalharem juntos, conseguem trazer mais benefícios para a coletividade. Isso reflete uma compreensão do poder do engajamento coletivo e da colaboração para alcançar resultados positivos.



*Figura 7 – Engajamento participativo da Comunidade de São Tomé de Tauçú
Fonte: Acervo da ARQUICOSTT (2022)*

Eles não apenas participam passivamente, mas estão ativamente envolvidos em iniciativas e esforços que visam trazer melhorias tangíveis para a comunidade (LÜCK, 2019).

Segundo Heloisa Lück (2019), a participação por engajamento vai além da mera presença, ou seja, envolvendo os membros de maneira ativa em iniciativas, projetos e atividades da associação. Na fala, o indivíduo enfatiza seu envolvimento ativo, destacando que "corre atrás" e "ajuda da maneira que pode", indica um nível elevado de comprometimento e participação efetiva nas atividades da comunidade, contribuindo para o alcance de benefícios concretos para todos.

Os moradores contribuem com seu tempo, habilidades e recursos para implementar projetos que abordam problemas e desafios específicos da comunidade, como educação, saúde, infraestrutura e preservação cultural. Esse alto nível de participação fortalece o senso de pertencimento, de colaboração e coesão comunitária, criando uma base sólida para o crescimento socioeconômico e progresso sustentável.

No quadro 2, elaborado a partir das observações e das entrevistas, selecionamos algumas atividades práticas de participação da comunidade ribeirinho quilombola de São Tomé de Tauçú. Essas práticas refletem aspectos específicos da cultura e organização comunitária da comunidade na Amazônia, demonstram como a dialogicidade, os processos decisórios e o engajamento ativo são incorporados e evidenciados às atividades cotidianas da comunidade.

Tabela 2 – Tipologias das práticas participativas da comunidade de São Tomé de Tauçú

Atividades	Categorias em que se enquadram		
	Processos dialógicos	Participação em Decisões	Participação por engajamento
Reuniões comunitárias	X	X	X
Rodas de conversas	X		X
Assembleias de eleição para a escolha dos representantes da Associação	X	X	X
Decisão quanto ao cultivo da mandioca	X	X	
Mutirão para a colheita da mandioca			X
Mutirão no trabalho de produção da farinha			X
Participação intensa da comunidade em dinâmicas promovidas pela Associação			X
Participação da comunidade no planejamento de projetos		X	X
Participação na realização de diagnóstico		X	X

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As informações do quadro revelam que a "Participação por engajamento é a categoria da participação mais presente dentro da comunidade".

As outras categorias, como "Processos dialógicos" e "Participação em Decisões", também são importantes e estão presentes nas atividades, entretanto, a participação por engajamento se destaca por ser mais ampla e abrangente na comunidade, demonstrando um alto nível de envolvimento e colaboração dos membros em ações práticas e projetos comunitários. O compromisso ativo dos moradores em contribuir para o bem-estar da comunidade demonstra um processo ativo de participação e um forte senso de responsabilidade compartilhada.

6. Considerações Finais

O estudo se deu pela possibilidade de demonstrar que as práticas de participação na gestão das associações comunitárias de comunidades ribeirinhas podem desempenhar um papel relevante no desenvolvimento da gestão dessas áreas.

Os objetivos propostos foram alcançados por meio de uma abordagem multifacetada com a combinação de técnicas de coleta de dados para obter uma compreensão abrangente das práticas participativas existentes na gestão da associação.

A comunidade demonstrou uma forte coesão e colaboração, refletindo-se em práticas participativas significativas na gestão da associação, seguido por um senso de pertencimento e responsabilidade, há potencial para fortalecer ainda mais as práticas participativas, incentivando a inclusão dos grupos e promovendo a capacitação dos membros em habilidades de liderança e gestão participativa.

Algumas limitações foram encontradas durante a pesquisa, uma delas refere-se à distância geográfica e o custo elevado para chegar na comunidade ribeirinha quilombola e também a representatividade da amostra de membros entrevistados que pode não representar adequadamente a diversidade de perspectivas e experiências dentro da comunidade, o que pode interferir na observação da realidade vivenciada naquele território.

Diante dessas limitações, tornou-se necessário explorar alternativas metodológicas que pudessem compensar as restrições logísticas, como a utilização de métodos remotos e entrevistas virtuais. Essas limitações, embora desafiem a ação investigatória, destacam a importância de abordar questões de acesso e distância geográfica em estudos que envolvam comunidades localizadas geograficamente em áreas distantes e de difícil acesso. Estratégias criativas, colaborações locais e adaptações metodológicas podem ser essenciais para superar esses obstáculos e enriquecer a pesquisa.

A pesquisa permitiu concluir que a Associação da comunidade tradicional ribeirinha quilombola de São Tomé de Tauçú adota práticas participativas, as quais apresentam-se adaptadas à realidade específica das comunidades. Essas práticas refletem uma abordagem de gestão dialógica, favorecendo a participação ativa na discussão dos problemas vivenciados na comunidade, nos processos decisórios e incentivando o engajamento e colaboração da comunidade para contribuir de maneira significativa para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do território.

Além disso, a constatação da falta de políticas públicas direcionadas para a comunidade é um ponto crítico identificado na pesquisa. A ausência dessas políticas impacta negativamente o potencial de crescimento econômico da comunidade. A

implementação de políticas públicas adequadas poderia desempenhar um papel significativo no fornecimento de recursos, apoio e diretrizes necessárias para impulsionar o crescimento socioeconômico local, atendendo às demandas específicas da comunidade quilombola.

Portanto, a pesquisa não apenas destaca as práticas participativas bem-sucedidas da Associação, mas também aponta para desafios importantes relacionados à falta de suporte governamental. Essas conclusões fornecem um panorama abrangente e embasado, sugerindo a necessidade de promover ações que fortaleçam ainda mais as práticas participativas eficazes e que incentivem a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. reimp. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Editora do Senado, 1988.
- CARDOSO, M.B.C et al. No remanso do contexto ribeirinho quilombola da Amazônia. *Revista Margens Interdisciplinar*, 2014.
- CANÇADO, A.C.; PEREIRA, J. R; TENÓRIO, F. G. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 4–19, 2015. DOI: 10.24302/drd.v5i1.703. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/703>. Acesso em: 23 maio. 2023.
- CANÇADO, A.C; TAVARES, B; DALLABRIDA, V.R. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 3, 2013
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 3, art. 1, p. 681-703, 2011.
- DÍAZ BORDENAVE, J. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Mapa dos Quilombos*. 2020. Disponível em: [Informações Quilombolas \(palmares.gov.br\)](https://www.palmares.gov.br). Acesso em: 11 dez. 2023.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2019.
- HAGINO, C.H; QUINTANS, M.T.D. O reconhecimento de povos tradicionais e os usos contra-hegemônicos do direito no Brasil: entre a violência e a emancipação social. *Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 10, p. 598-644, 2015.
- LÜCK, H. *A Gestão participativa na escola*, cadernos de gestão. Editora vozes Ltda. RJ: Petrópolis, 2017.
- MINTZBERG, Henry. *A ascensão e queda do planejamento estratégico*. Simon e Schuster, 1994.
- PORTER, Michael E. O que é estratégia. *Harvard Business Review*, v. 74, n. 6, p. 61-78, 1996.
- RODRIGUES, D; HEINEM, I. Católicos, evangélicos e Umbandistas: Diversidade religiosa numa comunidade quilombola da Amazônia paraense. *Religare*, v. 17, n.2, P.505-536, 2020
- SEMAS- Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. *Decreto Lei nº2.280*. Cria o Pró-Assentamento Estadual - PROA-PA e os Projetos Estaduais de Assentamentos. 2010. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/462.pdf>. Acesso em 01 nov. 2023
- SILVA, C.N et al. Território e modo de vida quilombola em São Tomé de Tauçú, no Rio Acutipereira, no Município de Portel (Pará-Brasil). *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 13, n. 2, p. 175-187, 2020.
- SIQUEIRA, E.S; ARAÚJO, I. T. *Gestão social e agricultura familiar: a construção e a materialidade de novas formas de administrar*. Ed UFERSA, 2018.

SILVA, F. M.; SOUSA, S. M. Q. Quilombolas na Amazônia paraense: Território, cultura e identidade. *Revista Geonorte*, 8(29), p. 24-44, 2017.

TENÓRIO, F.G et al. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. *Encontro de administração pública e governança*, v. 3, p. 2008, 2008.

TENÓRIO, F.G. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. *Desenvolvimento em Questão, [S. l.]*, v. 3, n. 5, p. 101–124, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2005.5.101-124. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/108>. Acesso em: 26 ago. 2023

WEBER, Máx. *A teoria da organização social e econômica* (1947). Simon e Schuster, 2009.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.